

Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

OTJ SIGA Nº CMBG-OTJ-2023/00101

Bento Gonçalves, 12 de dezembro de 2023.

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA

Referência: Projeto de Lei Ordinária nº 124 de 07/12/2023

Autoriza o Município a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.845.339,59.

O presente Projeto de Lei, visa autorizar o Município de Bento Gonçalves a abrir um crédito especial no valor de R\$ 1.845.339,59 (Hum milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), nas unidades orçamentárias das Secretarias Municipais de Educação, Administração e Saúde.

Justifica o Executivo Municipal, que a abertura do crédito especial constante no art. 1°, do Projeto de Lei ora em análise, se faz necessária em razão da utilização do recurso da antecipação das compensações das perdas decorrentes da redução da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) previstas na Lei Complementar nº 194/2022, e das transferências de recursos aos Municípios, em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), tendo em vista as disposições da Lei Complementar nº 201/2023 e da Portaria Normativa MF nº 1.357/2023.

Assevera, também, que servirá de recurso para cobertura do crédito especial descrito no art. 1°, o excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso descrita no próprio art. 1° do Projeto de Lei.

Outrossim, a presente Proposição ora encaminhada, atende a técnica legislativa e está em conformidade com o art. 108, §1°, inciso III, e art. 109, inciso I, ambos da Resolução n° 225, de 02 de outubro de 2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Bento Gonçalves), bem como, atende também, ao disposto no art. 38, inciso

Classif. documental 01.02.03.01





Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

II, da Resolução nº 03, de 03 de abril de 1990 (Lei Orgânica Municipal), podendo, portanto, tramitar e ser apreciada pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Desta feita, considerando os aspectos expendidos, a Orientação Técnico-Jurídica desta Assessoria é **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

> Jaime Zandonai Procurador Jurídico



